

20/10/2009

SEGUNDA TURMA

**AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 295.072 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**  
**AGTE.** : ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADV.** : PGE-SP - JOSÉ MAURÍCIO CAMARGO DE LAET  
**AGDOS.** : JOSÉ PIRES DE ALMEIDA E CÔNJUGE  
**ADV.** : LUIZ LOPES

**EMENTA**: AGRADO REGIMENTAL. DESAPROPRIAÇÃO. PRINCÍPIO DA JUSTA INDENIZAÇÃO. MATAS PRESERVADAS. VALOR ECONÔMICO. REEXAME DE QUESTÃO INFRACONSTITUCIONAL.

À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as matas preservadas têm valor econômico que deve ser considerado na indenização relativa à desapropriação. Assim, não há que se falar em violação do princípio da justa indenização. Questão de âmbito infraconstitucional.

JUROS COMPENSATÓRIOS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM DATA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.632-7, DE 12.12.1997. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL.

A demanda foi ajuizada em data anterior à da modificação implementada pela Medida Provisória 1.632-7, de 12.12.1997. Conclui-se, portanto, que a questão relativa à aplicabilidade da referida medida provisória tem natureza infraconstitucional.

TAXA DE JUROS COMPENSATÓRIOS. DOZE POR CENTO AO ANO. SÚMULA 618 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% ao ano.

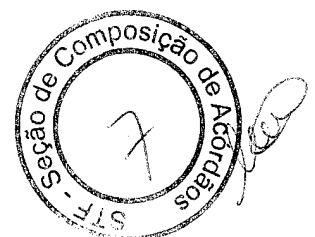
Agravo regimental a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência da ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 20 de outubro de 2009.

  
**JOAQUIM BARBOSA** - Relator



20/10/2009

SEGUNDA TURMA

**AG.REG.NO AGRADO DE INSTRUMENTO 295.072 SÃO PAULO**

**RELATOR** : **MIN. JOAQUIM BARBOSA**  
**AGTE.** : ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADV.** : PGE-SP - JOSÉ MAURÍCIO CAMARGO DE LAET  
**AGDOS.** : JOSÉ PIRES DE ALMEIDA E CÔNJUGE  
**ADV.** : LUIZ LOPES

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator):** É este o teor da decisão com que meu antecessor, ministro Moreira Alves, negou seguimento ao agravo de instrumento (fls. 200):

"1. Pela circunstância de o acórdão recorrido haver determinado que a indenização pela desapropriação abarque as matas, não viola ele o disposto nos artigos 5º, XXIII, e 225, §§ 1º e 4º, da Constituição Federal, mas dá estrito cumprimento ao disposto no artigo 5º, 'caput' e inciso XXIV, da Carta Magna que garantem o direito de propriedade contra o confisco. Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte (assim, a título de exemplo, nos RE 100.717, RE 134.297 e AGRAG 187.726).

2. Por outro lado, no tocante aos juros compensatórios, trata-se de questão que se situa no âmbito da legislação infraconstitucional, o que implica dizer que a alegada violação do artigo 5º, XXIV, da Constituição, se traduz em ofensa indireta ou reflexa à Carta Magna, não dando margem, assim, ao cabimento do recurso extraordinário.

3. Em face do exposto, nego seguimento ao presente agravo."



**AI 295.072-AgR / SP**

Dessa decisão interpõe-se agravo regimental em que se reitera a alegação de ofensa direta aos dispositivos mencionados na decisão recorrida.

Mantenho a decisão agravada e submeto o agravo à apreciação da Turma.

É o relatório.



**AI 295.072-AgR / SP****V O T O**

**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator):** Sem razão a parte agravante.

Com efeito, à luz da jurisprudência desta Corte, as matas preservadas têm valor econômico que deve ser considerado na indenização relativa à desapropriação. Assim, não há que se falar em violação do princípio da justa indenização.

No entanto, trata-se de questão de âmbito infraconstitucional, de modo que não cabe o recurso extraordinário, dada a inexistência de ofensa direta à Constituição federal.

Nesse sentido, transcrevo, a título de exemplo, a ementa do RE 267.817 (rel. min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, DJ de 29.11.2002):

**"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS. DESAPROPRIAÇÃO. MATAS SUJEITAS À PRESERVAÇÃO PERMANENTE. VEGETAÇÃO DE COBERTURA. INDENIZAÇÃO DEVIDA.**

1. Desapropriação. Cobertura vegetal sujeita a limitação legal. A vedação de atividade extrativista não elimina o valor econômico das matas preservadas, nem lhes retira do patrimônio do proprietário.

2. Impossível considerar essa vegetação como elemento neutro na apuração do valor devido pelo Estado expropriante. A inexistência de qualquer indenização sobre a parcela de cobertura vegetal sujeita a preservação permanente implica violação aos



**AI 295.072-AgR / SP**

*postulados que asseguram os direito de propriedade e a justa indenização (CF, artigo 5º, incisos XXII e XXIV).*

*3. Reexame de fatos e provas técnicas em sede extraordinária. Inadmissibilidade. Retorno dos autos ao Tribunal de origem para que profira nova decisão, como entender de direito, considerando os parâmetros jurídicos ora fixados.*

*Recurso extraordinário conhecido em parte e, nesta, provido."*

Outros julgados confirmam esse entendimento: AI 677.647-AgR, rel. min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe 06.06.2008; AI 180.334-AgR (rel. min. Marco Aurélio, Segunda Turma, DJ de 21.11.1997) e AI 369.469-AgR (rel. min. Eros Grau, Primeira Turma, DJ de 17.09.2004).

Quanto à questão da aplicabilidade da Medida Provisória 1.632-7, de 12.12.1997, observo que o ajuizamento da demanda ocorreu em data anterior à da modificação implementada pela norma. Conclui-se, portanto, que a alegação tem natureza infraconstitucional.

No que tange ao cálculo dos juros compensatórios, a decisão recorrida está em consonância com a Súmula 618 desta Corte, em cujos termos, *"na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano"*. A decisão também se harmoniza com a orientação firmada pelo Pleno por ocasião do julgamento da ADI 2.332-MC (rel. min. Moreira Alves, DJ de 02.04.2004), quando se deferiu *"em parte o*



**AI 295.072-AgR / SP**

*pedido de liminar, para suspender, no 'caput' do artigo 15-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, introduzido pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 2.027-43, de 27 de setembro de 2000, e suas sucessivas reedições, a eficácia da expressão 'de até seis por cento ao ano'".*

Esse entendimento vem sendo adotado por ambas as Turmas da Corte, conforme se verifica dos seguintes julgados: RE 395.793-AgR (rel. min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 17.04.2009); RE 562.846-AgR (rel. min. Eros Grau, Segunda Turma, DJe 01.08.2008) e AI 666.130-AgR, rel. min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 13.03.2009).

Correta, portanto, a decisão que fixou os juros compensatórios no percentual de 12% ao ano.

Do exposto, nego provimento ao presente agravo.



**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 295.072**

ORIGEM : AC - 1877750 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL

PROCED. : SÃO PAULO

**RELATOR SUBSTITUTO : MIN. JOAQUIM BARBOSA**

AGTE. : ESTADO DE SÃO PAULO

ADV. : PGE-SP - JOSÉ MAURÍCIO CAMARGO DE LAET

AGDOS. : JOSÉ PIRES DE ALMEIDA E CÔNJUGE

ADV. : LUIZ LOPES

**Decisão:** A Turma, à unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Cezar Peluso e Eros Grau. **2ª Turma**, 20.10.2009.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Cezar Peluso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Gonçalves.

Carlos Alberto Cantanhede  
Coordenador